

**“EDUCAÇÃO EM MUDANÇAS: RASTROS
E CAMINHOS EM TEMPOS
PANDEMICOS”**

**RECONFIGURAÇÃO DAS PRÁTICAS E POLÍTICAS DE
PARTICIPAÇÃO POPULAR**

Thainá Cristina Guedes
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Daniela Vargas de Ávila
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Danilo Streck
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Eixo 3 - Educação, Trabalho e Emancipação

O presente trabalho é um recorte do projeto *Políticas de Participação e Mediações Pedagógicas*, coordenado pelo Prof. Dr. Danilo R. Streck, que durante o primeiro semestre de 2020 procurou mapear e compreender a reinvenção das práticas e políticas de participação promovidas nesse período de pandemia, nos municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo. Com a intensificação da pandemia e o decreto de quarentena em todo o Brasil, fez-se necessário um novo olhar sobre as práticas de participação popular nesse momento, pensando em como os municípios e a comunidade estão se organizando em relação às novas demandas, além de procurar identificar novas implicações nas mediações pedagógicas entre a população da região.

A metodologia dá-se a partir da Pesquisa Participante, especificamente com a Sistematização de Experiências, que Oscar Jara (2006) descreve como uma interpretação crítica de uma ou de várias experiências, que descobre a lógica do processo vivido e suas aprendizagens proporcionadas. A Sistematização de Experiências apresenta-se como um exercício crítico e político-pedagógico, que contribui “para a construção e produção do conhecimento crítico-problematizador” (PAULO, 2019, p.78). Desse modo, compreendemos as ações desenvolvidas pelos dois municípios envolvidos na sua totalidade, analisando e documentando as participações promovidas no local, enquanto tentamos desvelar as aprendizagens propiciadas nessas organizações. Mostrando-se como uma alternativa contra-hegemônica, essa metodologia busca potencializar os processos de luta pela dignidade humana (PAULO, 2019) enquanto ação transformadora.

Para uma melhor organização foram identificados três grandes eixos das ações promovidas nos municípios, entre: 1) as ações das prefeituras; 2) ações das associações não governamentais; e 3) as ações da comunidade escolar. Como se trata de uma pesquisa

participante, o projeto inicial tinha como objetivo visitas e entrevistas com os sujeitos, em um processo coletivo de construção empírica, contribuindo para a auto-reflexão dos processos vivenciados pelos sujeitos envolvidos. Mas em decorrência do isolamento, a construção do corpus empírico deu-se por meios digitais, ficando mais restrita aos sites e às redes sociais das prefeituras dos municípios, secretarias de educação e escolas.

Boaventura de Sousa Santos, em seu mais recente livro *A Cruel Pedagogia do Vírus* (2020), texto escrito durante a pandemia, reflete sobre as inquietações que essa crise sanitária desvelou nos países do Sul. Com o conceito de “normalidade da exceção”, Boaventura alerta-nos sobre o fato de a normalidade anterior ao Covid-19 não ser uma verdadeira normalidade, explicando que muito antes do vírus a população marginalizada do mundo já vivia em uma crise constante desde a ascensão do liberalismo nos anos finais do século passado, com a valorização exacerbada do mercado em detrimento dos direitos básicos à vida. Com a explosão da pandemia em todo o mundo, foi apenas trazida à tona a extrema desigualdade social dos países do Sul, reforçando as exclusões e discriminações já existentes nessa parte do mundo. Enquanto isso, também foram ressaltadas novas formas de vida, fora do padrão hegemônico capitalista, como alternativas de sobrevivência e comunhão.

Pensando nosso atual cenário e todas as mudanças que tivemos na educação, é necessário que, assim como Alfonso Carrillo Torres (2007), possamos pensar a educação como um ato político, e nesse caso, a Educação Popular como uma perspectiva pedagógica. Torres (2007) parte do pressuposto de que, valorizando os conhecimentos e todas as formas de produção desses conhecimentos que estão intrínsecos nas culturas populares, vão sendo desenvolvidos novos espaços de saber, considerando a educação como necessariamente um ato político de potencialização e emancipação. Através do CEAAL (Conselho de Educação Popular da América Latina e do Caribe) conseguimos alargar o olhar em torno da Educação Popular, mas também identificar a prática a favor da integração dos povos e da justiça social a partir dos direitos humanos.

Em conjunto com as mediações pedagógicas proporcionadas na Educação Popular, a concepção de Democracia Participativa de Boaventura de Sousa Santos (2003) revela-se como uma alternativa para a transformação das relações de poder estabelecidas a partir do sistema hegemônico, fortalecendo a emancipação social a partir as possibilidades da instauração de uma nova determinação política, baseada nos interesses dos atores sociais populares. Dessa forma, com as aprendizagens mediadas na Educação

Popular, potencializa-se as forças de lutas pela emancipação no exercício da Democracia Participativa.

A partir dessas contribuições teóricas, conseguimos refletir sobre as ações promovidas nesse período de quarentena, e como as aprendizagens articuladas nesse momento auxiliam na retomada do poder popular na luta pelos seus direitos. Iniciamos pelo primeiro eixo, das ações das prefeituras, com a constituição de um gabinete de gestão ao Coronavírus, uma das mudanças dentro do município de Novo Hamburgo. Uma de suas funções é organizar arrecadações de alimentos para doação. Pelas redes sociais, é possível observar uma organização da sociedade civil em relação à preocupação em atender essas famílias em situação de vulnerabilidade, não apenas quanto à alimentação, mas no sentido de proteção contra o vírus. Assim como Novo Hamburgo, o município de São Leopoldo adotou algumas medidas, como a criação da Rede de Ação Solidária, também com a perspectiva de arrecadação de alimentos em parceria com a população e empresas privadas.

Junto com as ações do poder público, foram localizadas algumas ações de associações não governamentais, o segundo eixo, como a Fala Feitoria e a AMBAVI (Associação dos Moradores do Bairro da Vicentina) em São Leopoldo, onde a comunidades dos bairros organizaram-se de forma independente para auxiliar a comunidade no acesso à alimentação, ao auxílio emergencial e aos informativos necessários para se manter a segurança no bairro. No município de Novo Hamburgo foram identificadas algumas ações da ABEFI (Associação Beneficente Evangélica da Floresta Imperial), que além da arrecadação de alimentos que já acontecia antes da pandemia, tem promovido algumas lives em um formato de capacitação, com o objetivo de contribuir com ideias que ampare as escolas no desenvolvimento do seu trabalho durante a pandemia. Também foram localizadas ações do Banco de Alimentos BARC, em que várias empresas do município de Novo Hamburgo se unem para arrecadação de alimentos.

Com o mesmo propósito de acolher as famílias em situação de vulnerabilidade nesse momento, nos dois municípios foram observadas ações nas escolas, nosso terceiro eixo de análise. Em um primeiro momento, muitos professores das redes de Novo Hamburgo e São Leopoldo colaboraram para a doação de cestas básicas, depois os setores responsáveis, junto com as escolas, organizaram-se para que essa ajuda tivesse uma sequência mensal. Inicialmente, com o fechamento das escolas no final do mês de março, cada escola organizou-se conforme a realidade de sua comunidade, pois não havia

previsão de retorno ou orientações definidas. Posteriormente, em agosto, com os decretos do ano letivo de forma remota, as escolas passaram a intensificar a manutenção de vínculo já realizada durante todo o período de quarentena, com produções propriamente pedagógicas. Essa manutenção vem se realizando por redes sociais, tais como Whatsapp e Facebook.

Em Novo Hamburgo, nas escolas de Ensino Fundamental, conforme as atividades passaram a ter conteúdo, as escolas foram sendo abertas uma ou duas vezes na semana para aqueles alunos/as que não tem acesso à internet possam buscar e realizar suas atividades em casa. Já nas escolas de Educação Infantil em São Leopoldo, estão sendo enviados para casa kits pedagógicos, com atividades planejadas pelas professoras, que podem ser retirados nas escolas pelas famílias. Ressalta-se que com essas interações diretas pelas redes sociais, a realidade social das comunidades foram reveladas na sua desproporcionalidade, ou seja, em algumas comunidades é mais fácil manter certo contato com os alunos/as, enquanto outras fazem parte do alto índice de famílias sem acesso à internet, o que alarga ainda mais o distanciamento.

A partir da articulação entre nossos referencias teóricos e as experiências nos municípios, observamos uma crescente movimentação em relação a um assistencialismo às famílias que, por conta da pandemia, perderam suas fontes de renda. Nesse sentido, o maior questionamento que nos cerca é se está desenvolvendo-se uma rede de solidariedade na comunidade, ou se toda essa movimentação apenas se configura a partir do emergencialismo desse momento histórico. Vê-se cada vez mais necessário a tomada de poder pelas esferas populares, que a partir da solidariedade, pode ter a oportunidade de reconfigurar toda a estrutura social imposta pela lógica de mercado, contribuindo para uma constituição crítica dessa solidariedade.

Além dessa reorganização da própria comunidade, as prefeituras e escolas precisaram se reinventar para conseguir alcançar as famílias nesse período. As prefeituras precisaram assumir seu papel de garantia à vida para promover o mínimo de segurança possível para as cidades, enquanto as escolas precisaram se adaptar ao ambiente remoto para dar conta de toda a carga horário do ano letivo. Vale ressaltar a ação surpreendente que os professores estão realizando. Em meio às dúvidas e falta de recursos, a grande maioria está fazendo o que pode para chegar até seus alunos e manter seus vínculos com a escola.

Em relação a esse vínculo, achamos necessário apontar que, em muitos dos casos, o foco principal dos professores não são necessariamente o encaminhamento de

atividades de forma bancária, apenas para cumprimento de horas. Muitos estão desenvolvendo trabalhos significativos a respeito da situação atual do país, promovendo uma reflexão sobre as responsabilidades sociais de cada cidadão na comunidade. Enquanto novas mediações vem surgindo no ambiente escolar, novos focos de aprendizagem vem apresentando-se de forma pertinente para a constituição dos sujeitos envolvidos.

Muitos de nossos resultados são reflexões de um trabalho em andamento. Por estarmos em meio a um tema vivo, as mudanças acontecem simultaneamente a essa pesquisa. Porém já podemos concluir que, a partir desses novos dados sobre a participação, o grande projeto *Políticas de Participação e Mediações Pedagógicas* passa a ganhar novas perguntas, novos recortes e novas proposições, pois assim como todas as instituições e sujeitos envolvidos, nossas próprias metodologias precisam se reinventar e encontrar maneiras de promover uma pesquisa participante com novos olhares, e novos espaços de participação.

Como as mudanças continuam acontecendo, vê-se a necessidade de continuar o registro e a reflexão das informações. Na próxima etapa da pesquisa está sendo planejado o diálogo direto com os sujeitos envolvidos na pesquisa, para que eles possam fazer parte efetiva da construção das análises e compreendam as implicações pedagógicas dessas experiências.

Palavras-chave: Participação Popular; Sistematização de Experiências; Covid-19.

REFERÊNCIAS:

JARA HOLLIDAY, Oscar. **Para sistematizar experiências**. 2. ed., revista. – Brasília: MMA, 2006.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Memórias e trajetórias: sistematização de experiências de educação popular e movimentos sociais**. São Paulo: Diálogo Freireano, 2019

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra; Edições Almedina, S.A., 2020.

TORRES CARRILLO, Alfonso. **La Educación Popular: Trayectoria y actualidad**. Bogotá: El Bicho, 2007.